

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

**Referência:** Representação nº 45/2020-GPCF, de 10.07.2020 (e-DOC 079ED1BC-e).

**Sumário:** A Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, oferece a presente Representação em face de contratações celebradas pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina. O Contrato nº 32/2020, celebrado entre o IGES/DF e a empresa SMART 7 DIGITAL LTDA ME LTDA, ao preço de R\$1.530.000,00, para a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao COVID-19, oferta um misto em seu objeto: de publicidade do tipo utilidade pública (cuja parte relacionada a “dúvidas” é atendida pela própria rede, dentre outras iniciativas), e outra parte, de telemedicina. A referida Procuradora informa, ainda, que, pouco tempo depois, o IGES/DF celebrou novo contrato, desta vez, de publicidade, com a empresa FERTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, no valor de R\$ 4.000.000,00. Requer que: I. que esta Corte ouça o Diretor-Presidente do IGES/DF, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente: a) toda a documentação relacionada com o Contrato nº 32/2020; b) toda a documentação relacionada com a celebração de contrato de publicidade para o IGES/DF (Contrato nº 51/2020); II. o Diretor-Presidente do IGES/DF apresente, em 5 (cinco) dias, se quiser, justificativa para a escolha da SMART 7; os preços pactuados, inclusive para contratação da empresa FÉRTIL, para publicidade e propaganda, e por qual motivo não se programou para integrar, ao menos parte do objeto do ajuste, abaixo desse contrato, sem novos ônus; III. esta Corte autorize, na sequência, que os fatos sejam analisados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação deste Tribunal, com a urgência que o caso requer; IV. que os autos retornem ao Plenário, para decisão de mérito, em prazo exíguo, a fim de se analisar a regularidade e economicidade das contratações em referência, adotando-se as providências cabíveis.

**DESPACHO DA PRESIDÊNCIA**

Encaminhe-se à Secretaria-Geral de Controle Externo para análise da Representação em epígrafe.

Brasília-DF, 13 de julho de 2020.

**ASSINATURA ELETRÔNICA****ANILCÉIA MACHADO**

Presidente